

EDITAL Nº 038/2022

**PREGÃO PRESENCIAL
Nº 038/2022-SRP**

PROCESSO Nº: 05.548/2022

ABERTURA: 22/09/2022 -14:00 H

CAPÍTULO I - P R E Â M B U L O

PROCESSO Nº: 05.548/2022

PREGÃO PRESENCIAL Nº: 038/2022-SRP

EDITAL Nº: 038/2022

REGIDO PELA LEI Nº: Lei do Pregão nº 10.520/2002, Decretos Municipais nºs 1.719/2017 e 1.868/2018, com aplicação subsidiária da Lei Federal nº 8.666 de 21/06/93, com as modificações introduzidas pelas Leis nºs: 8.248/1991 e alterações, 8.883 de 08/06/94, 9.648 de 27/05/98, 9.854, de 27.10.1999 e 12.349 de 2010, bem como pela Lei Complementar nº 123/06 e 128/08 e demais normas legais e regulamentares aplicáveis e atinentes a matéria, bem como ainda, pelas disposições deste instrumento convocatório.

MODALIDADE: PREGÃO PRESENCIAL

TIPO DE LICITAÇÃO: MENOR PREÇO POR ITEM

LOCAL: PREFEITURA MUNICIPAL DE PORCIÚNCULA

RUA CÉSAR VIEIRA, Nº 105 – CENTRO – PORCIÚNCULA/RJ

DATA E HORA: 22/09/2022 às 14:00 HORAS

(entrega dos envelopes e início de abertura dos mesmos)

O MUNICÍPIO DE PORCIÚNCULA/RJ, por intermédio da Secretaria de Gabinete realizará no dia 22 de setembro de 2022, às 14:00 horas a licitação na modalidade Pregão Presencial, em sessão pública na Sala de Licitações sito à Rua César Vieira, nº 105 – Centro – Porciúncula/RJ, objetivando à **aquisição de combustíveis destinados ao abastecimento dos veículos e equipamentos rodoviários desta municipalidade pelo período de 06 (seis) meses**, conforme as especificações descritas no processo administrativo nº. 05.548/2022 da Secretaria Municipal de Gabinete e nos **ANEXOS I e II** (Proposta Detalhe e Termo de Referência), parte integrante do Edital do pregão em epígrafe.

O pregão será realizado pelo Pregoeiro João Cesar Honório da Silva, tendo como Equipe de Apoio a Sr Érick Francisco Moraes Ferreira e a Sr.^a Marcela Ferreira da S. O. Rosa, designados pela Portaria nº 242/2021, e será regido pela Lei Federal nº 10.520 de 17/07/2002, pelos Decretos Municipais nºs 1.868/2018 e 1.719/2017, com aplicação subsidiária da Lei Federal nº 8.666/93, pelo Capítulo V, Seção Única, da Lei Complementar nº 123, de 14/12/2006, observadas as alterações posteriores introduzidas nos referidos diplomas legais e pelas condições estabelecidas no presente Edital e seus ANEXOS.

CAPÍTULO 2 – OBJETO

2.1 - Constitui objeto da presente licitação, à **aquisição de combustíveis destinados ao abastecimento dos veículos e equipamentos rodoviários desta municipalidade pelo período de 06 (seis) meses**, conforme as especificações descritas no processo administrativo nº. 01.230/2022 da Secretaria Municipal de Gabinete e no **ANEXO II** (Proposta Detalhe e Termo de Referência), parte integrante do presente Edital.

2.1 - Será fornecido programa para elaboração da cotação na entrega do edital, presencialmente disponibilizado para download no site, onde será obrigatório o uso e fornecimento da proposta utilizando deste recurso, com intuito de inibir erros de digitação, divergência de valores bem como totalizadores dentre outros erros na elaboração da proposta.

2.1.1 – A proposta deverá ser impressa utilizando este programa, datada e assinada e entregue lacrada dentro do envelope “01”.

2.1.2 - No caso de apresentação de mais de uma proposta, será considerada a proposta de menor valor.

2.1.3 - O licitante deverá informar no campo Observação/Marca, o nome do Fabricante do produto ofertado. Em caso de fabricação própria, deverá o licitante preencher com o nome da Empresa. A ausência da informação implicará na desclassificação do item para a empresa.

2.1.4 – O arquivo digital salvo pelo programa, deverá ser entregue em formato digital (CD/DVD ou pendrive) lacrado no envelope “01” junto com a proposta do item 2.2.1.

2.1.5 – As mídias digitais (CD/DVD ou pendrive) entregues no item 2.2.4, serão devolvidos após utilização dos arquivos (importação dos dados).

CAPÍTULO 3 – CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO

3.1 - A participação na licitação objeto do presente é facultada a todas as empresas do ramo pertinente ao objeto desta licitação e que satisfaça as condições e exigências contidas neste Edital.

3.2 – Não poderão participar desta licitação:

3.2.1 - As pessoas físicas e jurídicas de que trata o art. 9º da Lei 8.666/93;

3.2.2 - pessoas físicas e jurídicas suspensas temporariamente de participação em licitação e impedidas de contratar com o Município, ou declaradas inidônea para licitar ou contratar com a Administração Pública da União, dos Estados, dos Municípios, Distrito Federal e suas autarquias ou fundações, valendo a participação nesta licitação como expressa declaração de inexistência de tais impedimentos, sob as penas previstas no parágrafo único do artigo 97 da Lei nº. 8.666/93;

3.2.3 - empresas em estado de falência, concurso de credores, dissoluções ou liquidações e

3.2.4 – consórcios, ou que sejam controladoras, coligadas ou subsidiárias umas das outras.

3.3 - Não será permitida a participação na licitação de mais de uma empresa sob o controle de um mesmo grupo de pessoas, físicas ou jurídicas, que tenham diretores, sócios ou representantes legais comuns, ou utilizem recursos materiais, tecnológicos ou humanos em comum, exceto se demonstrado que não agem representando interesse econômico em comum.

3.4 – A participação neste certame implica aceitação de todas as condições estabelecidas neste instrumento convocatório.

CAPÍTULO 4 – ENTREGA DOS ENVELOPES

“DOS ENVELOPES “PROPOSTA COMERCIAL” E “DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO”

4.1 - Os envelopes “Proposta Comercial” e “Documentação de Habilitação” deverão ser indevassáveis, hermeticamente fechados e entregues ao Pregoeiro, na sessão pública de abertura deste certame, conforme endereço, dia e horário especificados abaixo:

4.1.2 - O Pregoeiro concede as participantes uma tolerância de até 10 (dez) minutos, após o horário fixado para realização da licitação, para entrega dos envelopes, os quais não serão recebidos ou aceitos após este limite de tempo.

LOCAL: Rua César Vieira, nº 105 – Centro – Porciúncula/RJ.

DATA: 22 de setembro de 2022.

HORÁRIO: 14:00 horas.

4.1.3 – Os envelopes deverão ainda indicar em sua parte externa e frontal os seguintes dizeres:

PREFEITURA MUNICIPAL DE PORCIÚNCULA

PREGÃO PRESENCIAL Nº 038/2022-SRP

ENVELOPE Nº 01 – PROPOSTA COMERCIAL

EMPRESA: _____

e

PREFEITURA MUNICIPAL DE PORCIÚNCULA

PREGÃO PRESENCIAL Nº 038/2022-SRP

ENVELOPE Nº 02 – DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

EMPRESA: _____

4.2 – A Comissão Permanente do Pregão não se responsabilizará por envelopes de “Proposta Comercial” e “Documentação de Habilitação”, que não sejam entregues ao Pregoeiro designado, no local e horário definido neste Edital.

CAPÍTULO 5 – DA REPRESENTAÇÃO, DO CREDENCIAMENTO E DA DECLARAÇÃO DE ATENDIMENTO AOS REQUISITOS DE HABILITAÇÃO

5.1 – Cada licitante apresentar-se-á com apenas um representante legal, devidamente munido de credencial, que será o único admitido a intervir nas fases do procedimento licitatório, respondendo por sua representada, com poderes para formular ofertas e lances de preços a menor e praticar todos os demais atos pertinentes ao certame, devendo, ainda, no ato da entrega dos envelopes, identificar-se junto ao Pregoeiro, exibindo a Carteira de Identidade ou documento equivalente. (**com cópia**).

5.1.1 – Por credencial entende-se:

- a) a habilitação do representante, mediante procuração com firma reconhecida em cartório;
- b) o documento comprobatório de capacidade para representar a empresa no caso de titular da mesma ou sócio administrador. (Ex. Contrato Social) e
- c) cópia do RG e CPF do representante.

PARÁGRAFO ÚNICO: Para fins de verificação da outorga mencionada na alínea “a”, o representante da empresa deverá apresentar, em conjunto com a procuração, Cópia do Contrato Social e última alteração, se houver.

5.2 – A licitante deverá apresentar, no ato da abertura da licitação, declaração expressa “de que cumpre plenamente os requisitos da habilitação exigidos neste certame licitatório”. Modelo **ANEXO V**.

5.3 – O documento de credenciamento e a declaração mencionada no subitem anterior deverão ser entregues separadamente dos envelopes de “**DOCUMENTAÇÃO**” e de “**PROPOSTA**”.

5.4 – O credenciamento será realizado pelo Pregoeiro, após a abertura da sessão.

5.5 – O representante legal da licitante, quando tratar-se de Pessoa Jurídica, que não se credenciar perante o Pregoeiro ficará impedido de participar da fase de lances verbais, de negociação de preços, de declarar a intenção de interpor recurso, de renunciar ao direito de interposição de recursos, enfim, para representar a licitante durante a sessão de abertura dos envelopes “Proposta” ou “Documentação” relativos a este Pregão.

5.5.1 – Nesse caso, a licitante ficará excluída da etapa de lances verbais e será mantido o seu preço apresentado na proposta escrita, para efeito de ordenação das propostas e apuração do menor preço.

5.6 – O documento de credenciamento deverá obedecer ao **MODELO do ANEXO IV**.

5.7 - MICROEMPRESAS E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE

5.7.1 - As microempresas e empresas de pequeno porte, para utilizarem as prerrogativas estabelecidas na Lei Complementar nº 123/2006, deverão apresentar, **fora dos envelopes**, no ato da abertura da licitação, declaração de que ostentam essa condição e de que não se enquadram em nenhum dos casos enumerados no § 4º do art. 3º da referida Lei (**ANEXO VIII**).

CAPÍTULO 6 – PROPOSTAS COMERCIAIS

6.1 – As propostas comerciais deverão ser preenchidas por meio mecânico ou impressos, com suas páginas numeradas e rubricadas, e a última assinada pelo representante legal da empresa, sem emendas, acréscimos, borrões, rasuras, ressalvas, entrelinhas ou omissões, salvo se, inequivocamente, tais falhas não acarretarem lesão ao direito dos demais licitantes, prejuízo à Administração ou não impedirem a exata compreensão de seu conteúdo, observado o modelo constante nos **ANEXOS I e II** deste Edital, e deverão constar:

6.1.1 – Nome, número do CNPJ, endereço, telefone e fax da empresa proponente – Pessoa Jurídica;

6.1.2 - Nome, número do RG, endereço, telefone e fax, se houver, do prestador de serviço – Pessoa Física;

6.1.3 – Prazo de validade da proposta não inferior a 60 (sessenta) dias, contados da data estipulada para a entrega dos envelopes;

6.1.4 – Prazo de execução do objeto não superior ao estabelecido no Capítulo 13, contados em dias úteis a partir da homologação;

6.1.5 – As propostas não poderão impor condições ou conter opções, somente sendo admitidas propostas que ofertem apenas uma marca, um modelo e um preço para cada item do objeto desta licitação.

6.1 - No ato da entrega dos Documentos e dos Envelopes “01” e “02” a licitante deverá apresentar também sua “Proposta Digital” em um dispositivo de armazenamento de dados, tipo Pen Drive, CD gravável tipo R/RW ou DVD, conforme software fornecido pela **PMP** como forma de agilidade dos trabalhos do certame licitatório, o qual, a referida “Proposta Digital” deverá estar devidamente preenchida, contendo as mesmas marcas/modelos, preços unitários e totais da sua Proposta Escrita, sendo, de sua inteira responsabilidade o seu fiel e perfeito preenchimento. O seu descumprimento não será motivo para desclassificação.

OBSERVAÇÕES:

a) Os valores deverão ser apresentados em moeda corrente nacional, contendo, **preferencialmente, duas casas decimais após a vírgula, entretanto, quando for necessário, serão aceitas até quatro casas**, inclusas todas as taxas, fretes, impostos, encargos sociais e trabalhistas, seguros, descontos e quaisquer acréscimos que se fizerem necessários à perfeita propositura dos preços a serem ofertados.

b) Em caso de divergência entre os valores unitários e totais do item, O Pregoeiro considerará para efeito de julgamento, o valor unitário, providenciando a devida correção do valor global;

c) Em caso de divergência entre os valores expressos em algarismos e por extenso, prevalecerá a importância expressa por extenso.

d) Estando presente à sessão representante do licitante, a falta de assinatura poderá ser sanada no ato de constatação do fato, desde comprovados os poderes do representante para tal.

e) Pequenas falhas ou defeitos na apresentação das propostas, não comprometendo a legalidade do certame, serão resolvidas pelo Pregoeiro.

6.3 - DA DESCLASSIFICAÇÃO

- Serão desclassificadas:

6.3.1- Serão desclassificadas as propostas que não atenderem, no todo ou em parte, às disposições deste Edital, aquelas com preço excessivo e aquelas que tiverem preços manifestantes inexecutáveis, assim considerados aqueles que não venham a ter demonstrada sua viabilidade através de documentação que comprove que os custos dos insumos são coerentes com os mercados e que os coeficientes de produtividade são compatíveis com a execução do objeto do contrato.

6.3.2 – Propostas com valor global superior ao limite estabelecido pela Administração Municipal.

CAPÍTULO 7 – HABILITAÇÃO

7.1 – Toda a documentação exigida deverá ser apresentada conforme artigo 32, da Lei nº 8.666/93:

▶ em original;

▶ por qualquer processo de cópia, exceto por fac-símile, devidamente autenticada por cartório competente, publicação em órgão da Imprensa Oficial e ou por servidor da Administração Pública;

▶ todos os documentos necessários à habilitação poderão ser apresentados em original, por qualquer processo de cópia autenticada, conforme o disposto no Art. 32 da Lei nº 8.666/93, inclusive com a autenticação feita pelo pregoeiro ou pela equipe de apoio, na própria sessão, mediante a apresentação dos originais.

▶ As certidões, declarações ou quaisquer outros documentos valerão nos prazos que lhe são próprios; inexistindo esse prazo, reputar-se-ão válidas por 90 (noventa) dias, contados de sua expedição.

7.1.1 - Em nenhum caso será concedido prazo para apresentação de documentos de habilitação que não tiverem sido entregues na própria sessão na forma previamente prevista em instrumento editalício, sendo que a falta de quaisquer documentos implicará na inabilitação do licitante.

7.1.2 - No caso de microempresa (ME) ou empresa de pequeno porte (EPP), ser detentora da proposta/lance de menor valor, esta deverá apresentar TODA a documentação exigida para efeito de comprovação de regularidade fiscal, mesmo que esta apresente alguma restrição. A falta de algum desses documentos acarretará em sua Inabilitação.

7.1.3 - Se o autor da melhor proposta não atender aos requisitos de habilitação, o pregoeiro fará imediata convocação da empresa autora da proposta classificada em segundo lugar, para apresentar sua documentação de habilitação, e assim sucessivamente, até encontrar a proponente que atenda, integralmente, os requisitos de habilitação exigidos no Edital.

7.1.4 - Não serão aceitos “protocolos de entrega” ou “solicitação de documento” em substituição aos documentos requeridos no presente edital e seus anexos.

A regularidade da habilitação do licitante será confirmada por meio da análise ainda dos seguintes documentos, os quais deverão ser apresentados no envelope documentos de habilitação, a saber:

7.2 – HABILITAÇÃO JURÍDICA:

- a) Registro no Registro Público de Empresas Mercantis, em se tratando de empresário individual ou sociedade empresária;
- b) Registro no Registro Civil das Pessoas Jurídicas em se tratando de sociedade simples;
- Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado, no órgão correspondente, indicando os atuais responsáveis pela administração, com cópia do RG e CPF de todos os sócios. Caso os responsáveis pela administração não constem no contrato social, documento que indique a responsabilidade pela administração.
- d) No caso de sociedades anônimas, cópia da ata da assembléia geral ou da reunião do conselho de administração atinente à eleição e ao mandato dos atuais administradores, evidenciando o devido registro na junta comercial pertinente ou a publicação prevista na Lei 6.404/76 e suas alterações.
- e) Em se tratando de Fundações, apresentar certidão de regularidade expedida pelo Ministério Público do Estado de sua constituição.

7.3 - REGULARIDADE FISCAL E TRABALHISTA:

- a) Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ) do Ministério da Fazenda devidamente válida;
- b) Prova de Inscrição no Cadastro de Contribuinte Estadual ou Municipal, se houver, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto licitado;
- c) Prova de regularidade para com a Fazenda Federal, Estadual e Municipal, no domicílio ou sede do licitante, ou outra equivalente na forma da Lei, comprovada da seguinte forma: a) a comprovação de regularidade para com a Fazenda Federal deverá ser feita através de Certidão de Quitação de Tributos, Contribuições Federais e à Dívida Ativa da União, com base na Portaria conjunta RFB/PGFN nº 1751, de 02 de outubro de 2014, expedida pela Secretaria da Receita Federal do Brasil em conjunto com a Procuradoria- Geral da Fazenda Nacional. b) A comprovação de regularidade para com a Fazenda Estadual deverá ser feita através de Certidão Negativa de Débito relativo ao ICMS (RJ) acompanhada da CN da Dívida Ativa, emitida pelo órgão próprio da Procuradoria Geral do Estado, nos termos da Resolução conjunta PGE/SER nº 33/2204. c) A comprovação de regularidade para com a Fazenda Municipal deverá ser feita através de Certidão Negativa de Débito relativo ao ISS;

→d) Certificado de Regularidade para com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS), (Lei n.º 8.036/90, artigo 27);

→e) Prova de regularidade relativa a Débitos Trabalhistas (CNDT), para comprovar a inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, (Lei n.º 12.440/2011, artigo 642-A);

7.4 – QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA:

→ a) Para comprovação da qualificação econômico-financeira a licitante deverá apresentar:

I - Certidão Negativa de Falência ou Concordata, expedido pelo distribuidor da sede da licitante; no máximo em prazo não superior a 90 (noventa) dias, anterior à data da licitação.

7.5 – QUALIFICAÇÃO TÉCNICA:

→a) Para efeito da comprovação da qualificação técnica a empresa licitante deverá apresentar juntamente com os outros documentos de habilitação, no mínimo 01 (um) Atestado de Capacidade Técnica, fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado (neste caso, com firma reconhecida em cartório), que comprove que a licitante já forneceu materiais da mesma natureza, ou que já prestou serviço com as mesmas características do objeto, com qualidade e pontualidade, com indicação do (s) objeto (s) fornecido (s) ou do (s) serviço (s) prestado à entidade emissora, seja indicação no próprio atestado, seja indicação em cópia de nota fiscal anexa ao Atestado de Capacidade Técnica, ciente a licitante que a comprovação da documentação em tela poderá a qualquer tempo ser requerida ou analisada;

→b) Declaração firmada pela empresa acerca dos equipamentos e pessoal técnico de que dispõe e a serem utilizados na execução do (s) serviço (s) ou na entrega da (s) mercadoria (s), podendo a Administração Municipal vistoriar os equipamentos em até 24h após declarada a vencedora do certame, devendo constar na presente declaração as seguintes informações:

b.1) Declaração de que os equipamentos que serão utilizados no alcance do objeto da licitação se encontram em perfeito estado de conservação e funcionamento ao fim a que se destinam;

b.2) Em se tratando de locação ou aquisição de veículos apresentar Declaração que os mesmos deverão estar devidamente vistoriados e documentados no momento da inspeção municipal.

7.6 - Juntamente com os documentos referidos neste capítulo (CAPÍTULO 7 – HABILITAÇÃO), serão apresentados para fins de habilitação as seguintes declarações e certificados:

7.5.1 - Certificado de autorização da A.N.P. da empresa participante.

7.5.2 - Alvará da sede da empresa participante, habilitando-a ao exercício da atividade objeto do presente Edital.

7.5.3 – Declaração de que a empresa não se acha declarada inidônea para licitar e contratar com o Poder Público ou suspensão do direito de licitar ou contratar com a Administração Municipal. (**MODELO ANEXO VI**).

7.5.4 - Declaração de que a empresa não possui, em seus quadros funcionais, nenhum trabalhador menor de dezoito anos desempenhando trabalho noturno, perigoso ou insalubre e menor de dezesseis anos em qualquer trabalho, segundo determina o inciso V do artigo 27 da Lei Federal 8.666/93 (com redação dada pela Lei n.º 9.984 de 27 de outubro de 1.999), salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 anos, na forma do art. 7º, inciso XXXIII, da Constituição Federal (**MODELO ANEXO VII**).

CAPÍTULO 8 – SESSÃO DO PREGÃO

8.1 - Após o encerramento do credenciamento e identificação dos representantes das empresas proponentes, o Pregoeiro declarará aberta a sessão pública do PREGÃO, oportunidade em que não mais aceitará novos proponentes, dando início ao recebimento dos envelopes contendo a Proposta Comercial e os Documentos de Habilitação, exclusivamente dos participantes devidamente credenciados.

CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS COMERCIAIS:

8.2. – Abertos os envelopes de Propostas Comerciais, estas serão analisadas verificando o atendimento de todas as especificações e condições estabelecidas neste Edital e seus Anexos.

8.2.1 - O Pregoeiro classificará o autor da oferta de valor mais baixo e aqueles que tenham apresentado propostas em valores sucessivos e superiores em até 10% (dez por cento) à proposta de menor preço, para participarem dos lances verbais.

8.2.2 – Serão abertos, na presença dos interessados, os envelopes que contiverem as propostas de preço, as quais serão analisadas quanto à compatibilidade com as exigências deste edital, sendo classificadas as que apresentarem valores sucessivos e superiores, em até 10% (dez por cento), relativamente à de menor, para participarem dos lances verbais.

8.2.3 – Se não houver, no mínimo 03 (três) propostas de preços nas condições definidas na cláusula anterior, o Pregoeiro classificará as melhores propostas subseqüentes, até o máximo de 03 (três), para que seus autores participem dos lances verbais, quaisquer que sejam os preços oferecidos nas propostas apresentadas.

8.2.4 – Poderão ser corrigidos pelo Pregoeiro quaisquer erros de soma, multiplicação e/ou quaisquer outros erros considerados meramente formais.

8.2.5 – A falta de data e/ou rubrica da proposta poderá ser suprida pelo representante legal presente à reunião de abertura dos envelopes “Proposta” com poderes para esse fim.

8.2.6 – A falta do CNPJ e/ou endereço completo poderá também ser preenchida pelos dados constantes dos documentos apresentados dentro do envelope “Documentação”.

8.2.7 – Após a fase de classificação, não caberá desistência das propostas, salvo por motivo justo decorrente de fato superveniente e aceito pelo Pregoeiro.

LANCES VERBAIS:

8.3 – Aos licitantes classificados, será dada a oportunidade para nova disputa, por meio de lances verbais e sucessivos, de valores distintos e decrescentes, a partir do autor da proposta classificada de maior preço e os demais. **Esclarecendo que os lances mínimos serão exigidos pelo pregoeiro no ato da licitação, tendo por base menor preço apresentado.**

8.3.1 – Se duas ou mais propostas, em absoluta igualdade de condições, ficarem empatadas, será realizado sorteio em ato público, para definir a ordem de apresentação dos lances.

8.3.2 – A desistência em apresentar lance verbal, quando convocado pelo pregoeiro, implicará na exclusão do licitante da etapa de lances verbais e na manutenção do último preço apresentado pelo licitante, para efeito de posterior ordenação das propostas.

8.3.3 – Se os trabalhos não puderem ser concluídos e/ou surgirem dúvidas que não possam ser dirimidas de imediato, os motivos serão consignados em ata e a continuação dar-se-á em sessão a ser convocada posteriormente.

8.3.4 - Os envelopes não abertos, já rubricados no fecho, pelo Pregoeiro e pelos representantes legais das licitantes presentes, ficarão em poder do Pregoeiro até nova sessão de continuidade do julgamento.

8.3.5 - Encerrada a etapa competitiva e ordenadas às propostas, será aberto o envelope contendo os documentos de habilitação da licitante que tiver apresentado o menor preço, para confirmação das exigências habilitatórias constantes no Edital.

8.3.6 - O encerramento da etapa competitiva dar-se-á quando, indagados pelo Pregoeiro, as licitantes manifestarem seu desinteresse em apresentar novos lances.

JULGAMENTO E CRITÉRIO DE ACEITABILIDADE DAS PROPOSTAS:

8.4 – O critério do julgamento será: **MENOR PREÇO POR ITEM, itens 01 ao 04**. Sendo certo que o **CRITÉRIO DE ACEITABILIDADE DAS PROPOSTAS** serão os preços unitários e globais, em face dos preços paradigmas estipulados pela Administração Municipal.

841 – Os lances deverão ser ofertados, sendo aceitas propostas que reduzam o preço ofertado na proposta escrita. No encerramento dos lances verbais o pregoeiro verificará se os valores ofertados estão compatíveis com o estabelecido no preço de referência, negociando até a aceitabilidade da proposta.

842 – Caso não se realize lances verbais, será verificada a conformidade entre a proposta escrita de menor preço e o valor estimado da contratação.

843 – Em havendo apenas uma oferta e desde que atenda a todos os termos do Edital e que seu preço seja compatível com o valor estimado da contratação, esta poderá ser aceita.

844 – Sendo aceitável a oferta de menor preço, será aberto o envelope contendo a documentação de habilitação do licitante que a tiver formulado, para confirmação das suas condições habilitatórias.

845 – Constatado o atendimento pleno às exigências editalícias, será declarado o proponente vencedor, sendo-lhe adjudicado o objeto para o qual apresentou proposta.

846 – Se a oferta não for aceitável ou se o licitante desatender às exigências habilitatórias, o Pregoeiro examinará as ofertas subseqüentes, verificando a sua aceitabilidade e procedendo a verificação das condições de habilitação do proponente, na ordem de classificação, e assim sucessivamente, até a apuração de uma proposta que atenda ao Edital, sendo o respectivo licitante declarado vencedor e a ele adjudicado o objeto do certame, para o qual apresentou proposta.

847 – Na situação prevista no item 8.4.6, o pregoeiro poderá negociar diretamente com o proponente para que seja obtido melhor preço.

848 – Da reunião lavrar-se-á ata circunstanciada, na qual serão registrados todos os atos do procedimento e as ocorrências relevantes e que, ao final, será assinada pelo Pregoeiro, Equipe de Apoio, e pelos licitantes.

849 – Decididos os recursos ou transcorrido o prazo para sua interposição relativamente ao pregão, o Pregoeiro devolverá, aos licitantes, julgados desclassificados em todos os itens, os envelopes “DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO” inviolada, podendo, todavia, retê-los até o encerramento da licitação.

8.4.10 - Quando todos os licitantes forem inabilitados ou todas as propostas forem desclassificadas, a Administração poderá fixar aos licitantes o prazo de oito dias úteis para a apresentação de nova documentação ou de outras propostas escoimadas, nos termos do art. 48, §3º da Lei nº. 8.666/93.

9 - DO DIREITO DE PREFERÊNCIA

9.1 Caso a proposta mais bem classificada não seja apresentada por uma MPE e se houver proposta apresentada por licitante devidamente declarado como MPE, igual ou até 5% superior à melhor proposta proceder-se-á da seguinte forma:

9.1.1 Será oportunizado o exercício do direito de preferência à MPE, que consiste na possibilidade dela apresentar proposta de preço inferior à empresa melhor classificada que não se enquadra como MPE;

9.1.2 O novo valor proposto pela MPE deve ser apresentado após o encerramento da fase de lances e solicitado pelo pregoeiro, sendo permitida apenas à MPE, apta a exercer o direito de preferência, ofertar nova proposta, de valor inferior ao preço ofertado pela empresa melhor classificada que não se enquadra como MPE;

9.1.3 Caso a MPE não exerça o direito de preferência ou não atenda às exigências do edital serão convocadas as MPE remanescentes, cujas propostas se enquadrem no limite de 5%, obedecida a ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, e assim sucessivamente, até a identificação de uma empresa que preencha todos os requisitos do edital;

9.1.4 Se houver equivalência de valores apresentados por MPE, dentre as propostas de valor até 5% (cinco por cento) superior à proposta de menor preço ofertada pela empresa não enquadrada como MPE, será realizado sorteio público para identificação daquela que terá preferência na apresentação de nova proposta;

9.1.5 Na hipótese de nenhuma MPE não atender às exigências do edital, a empresa não enquadrada como MPE que apresentou o menor preço permanece na posição de melhor classificada.

CAPÍTULO 10 – RECURSOS

10.1 - Declarado o vencedor, qualquer licitante poderá manifestar de imediato e motivadamente a intenção de recorrer, cuja síntese será lavrada em ata, sendo concedido o prazo de 03 (três) dias úteis para apresentação das razões de recurso, sendo certo que o pregoeiro, neste ato, indicará os efeitos em que será recebido, ficando os demais licitantes desde logo intimados para apresentar contra-razões em igual número de dias, que começarão a correr do término do prazo do recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos autos.

10.2 – O licitante poderá também apresentar as razões do recurso no ato do pregão, as quais serão reduzidas a termo na respectiva ata, ficando todos os demais licitantes desde logo intimados para apresentar contra-razões no prazo de 03 (três) dias, contados da lavratura da ata, sendo-lhes assegurada vista imediata dos autos.

10.3 – O acolhimento de recurso importará a invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento.

10.4– A falta de manifestação imediata e motivada do licitante implicará na decadência do direito de recurso e a adjudicação do objeto da licitação pelo pregoeiro ao vencedor.

10.5– O resultado do recurso será divulgado mediante afixação no quadro de avisos do Município e comunicado a todos os licitantes via fax ou e-mail ou mediante ofício c/ recibo.

10.6 - Os recursos a as contra-razões interpostos pelas licitantes deverão ser instrumentalizados em autos apartados aos do processo principal e entregues no Serviço de Protocolo, localizado na sede da Prefeitura, das 8 h às 17h, diariamente, exceto aos sábados, domingos e feriados.

10.7 - Os recursos e as contra-razões serão dirigidos ao Srº Prefeito de Porciúncula, ou pessoa a esse fim devidamente outorgada, que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, decidirá de forma fundamentada.

CAPÍTULO 11 - ADJUDICAÇÃO E DA HOMOLOGAÇÃO

11.1 – Inexistindo manifestação recursal, o Pregoeiro adjudicará o objeto da licitação ao licitante vencedor, com a posterior homologação do resultado pela autoridade competente.

11.2 – Decididos os recursos porventura interpostos, e constatada a regularidade dos atos procedimentais, a autoridade competente fará a adjudicação do objeto ao(s) licitante (s) vencedor (es) do procedimento licitatório e homologará a licitação.

11.3- Homologada a licitação pela autoridade competente, o adjudicatário será convocado para assinar o Contrato no prazo definido em Edital; e

11.4- Se o licitante vencedor, convocado dentro do prazo de validade da sua proposta, não celebrar o contrato, aplicar-se-á o disposto no inciso XVI do art. 4º da Lei 10.520/2002.

11.5 – A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

CAPÍTULO 12 – ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

12.1 – Encerrado o procedimento licitatório, o representante legal da proposta vencedora será convocado para firmar o seu termo na Ata de Registro de Preços ou instrumento equivalente, conforme minuta constante no **ANEXO III** do presente, em observância ao previsto na proposta aceita e sob a égide da legislação pertinente a matéria.

12.2 – O adjudicatário deverá comprovar a manutenção das condições demonstradas para habilitação, para assinatura da Ata de Registro de Preços.

12.3 – Caso o adjudicatário não apresente situação regular no ato da assinatura da Ata ou recuse-se a assiná-la no prazo e condições estabelecidos, quando o convocado não assinar a ata de registro de preços, convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, serão convocados os licitantes remanescentes, observada a ordem de classificação e a qualificação dos mesmos, para fazê-lo em igual prazo e nas mesmas condições propostas pelo primeiro classificado.

12.4 – O representante legal da proposta vencedora deverá assinar a Ata, dentro do prazo máximo de 05(cinco) dias úteis a contar do recebimento da comunicação, que poderá ser via fax ou e-mail ou mediante ofício c/ recibo.

12.5 – Qualquer solicitação de prorrogação de prazo para assinatura da Ata de Registro de Preços ou instrumento equivalente, decorrentes desta licitação, somente será analisada se apresentada antes do prazo para tal e devidamente fundamentada.

12.6 – A Ata de Registro de Preços implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, após cumpridos os requisitos de publicidade.

12.7 - A recusa injustificada de fornecedor classificado em assinar a ata, dentro do prazo estabelecido neste artigo, ensejará a aplicação das penalidades legalmente estabelecidas.

12.8 - A existência de preços registrados não obriga a Administração a contratar, facultando-se a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, assegurada preferência ao fornecedor registrado em igualdade de condições.

12.9 – No presente objeto, o Órgão Gerenciador, no caso em tela a Secretaria Municipal de Gabinete, designará Servidor ou Comissão para gerenciamento da Ata de Registro de Preços e serão admitidas adesões de não partícipes ou caronas, nos moldes do Decreto nº 1.776/2017 e nos termos abaixo.

12.9.1 – Os órgãos ou entidades que não participaram do registro de preços, quando desejarem fazer uso da Ata de Registro de Preços, deverão manifestar seu interesse mediante consulta dirigida a autoridade competente, contendo a informação do item e a quantidade desejada, que posteriormente encaminhará ao órgão gerenciador da Ata, para que este verifique a possibilidade de utilização da Ata de Registro de Preços, com os possíveis fornecedores e respectivos preços a serem praticados, obedecidos à ordem de classificação.

12.9.2 – As aquisições ou contratações adicionais a que se refere este artigo não poderão exceder, por órgão ou entidade, a cem por cento dos quantitativos dos itens do instrumento convocatório e registrados na ata de registro de preços para o órgão gerenciador e órgãos participantes.

12.9.3 – O quantitativo decorrente das adesões à ata de registro de preços não poderá exceder, na totalidade, ao quádruplo do quantitativo de cada item registrado na ata de registro de preços para o órgão gerenciador e órgãos participantes, independentemente do número de órgãos não participantes que aderirem.

12.9.4 – Fica permitido, desde que comprovada, demonstrada e justificada a viabilidade econômica, financeira e operacional, as adesões pela Administração Pública Municipal as Atas de Registro de Preços de órgãos ou entidades da Administração Pública Estadual ou Federal, e ainda a estas de órgãos de Administração Pública Municipal da mesma unidade federativa.

12.10 – O prazo de validade da Ata de Registro de Preços será de 06 (seis) meses a contar da data da assinatura da Ata. Sendo certo que a validade da Ata de Registro de Preços não poderá exceder 12 (doze) meses e não se limitará ao exercício financeiro da Administração, conforme art. 15 da Lei 8.666/93, em seu § 3º, inciso III.

CAPÍTULO 13 - DO PAGAMENTO

13.5 – Se ocorrer à futura e eventual aquisição do objeto do presente, pagamento será efetuado **quinzenalmente**, conforme as solicitações das Secretarias requisitantes e após as efetivas entregas do objeto licitado, e se dará em tantas parcelas quanto forem as da entrega no máximo ao décimo quinto dia útil, a contar do período de adimplemento da obrigação, e deverá ser requerido junto às Secretarias requisitantes, com o documento de cobrança dos serviços realizados no período da obrigação, isento de erros e devidamente acompanhado dos seguintes comprovantes:

a) Certificado de Regularidade para com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS), (Lei n.º 8.036/90, artigo 27);

b) Prova de regularidade relativa à Fazenda Federal através da Certidão de Quitação de Tributos, Contribuições Federais e à Dívida Ativa da União, com base na Portaria conjunta RFB/PGFN nº 1751, de 02 de outubro de 2014, expedida pela Secretaria da Receita Federal do Brasil em conjunto com a Procuradoria- Geral da Fazenda Nacional.

13.5 – Na ocorrência de eventuais antecipações de pagamento, sempre em correspondência à antecipação de execução, o respectivo desconto, seja a requerimento do contratado ou no interesse da Administração, será calculada aplicando-se o índice de 0,033% (trinta e três milésimos por cento) por evento de antecipação. Aplicar-se-á, como desconto, a compensação financeira acima referida, atendendo-se deste modo, o que dispõe a alínea, “d”, do inciso XIV do artigo 40 da Lei Federal n° 8.666/93.

13.3 - Ocorrendo atraso no pagamento das obrigações e desde que este atraso decorra de culpa da PMP-RJ, o valor devido será acrescido de 0,1% (um décimo por cento) a título de multa, além de 0,033% (trinta e três milésimos por cento) por dia de atraso, a título de compensação financeira, a serem calculados sobre a parcela devida.

13.4 - O pagamento da multa e da compensação financeira a que se refere o subitem anterior será efetivado mediante autorização expressa do Prefeito de Porciúncula (em se tratando da Prefeitura) ou dos gestores dos Fundos Municipais, em processo próprio, que se iniciará com o requerimento da licitante contratada dirigido à Secretaria Municipal de Fazenda da PMP-RJ ou dos respectivos fundos.

13.5 - As faturas que apresentarem incorreções serão devolvidas ao emitente e seu vencimento correrá 10 (dez) dias úteis após a data de sua reapresentação.

CAPÍTULO 14 – DO PRAZO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS E DA ENTREGA

14.1 - O abastecimento será realizado diariamente, em horário a ser definido e através da presença do responsável ou responsáveis a serem designados e através de requisição a ser emitida, sendo certo que os mesmos serão indicados ou indicado pelo Secretário Municipal de Transportes.

14.1 – O prazo para a prestação dos serviços será de 6 (seis) meses, após a homologação do Pregão e assinatura da Ata de Registro de Preços.

CAPÍTULO 15 – SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

15.1 – A recusa do adjudicatário em assinar a Ata, dentro do prazo estabelecido neste Edital, bem como o atraso e a inexecução parcial ou total do ora estabelecido em Ata, caracterizarão o descumprimento da obrigação assumida e permitirão a aplicação das seguintes sanções pela Administração:

15.1.1 – advertência, que será aplicada sempre por escrito;

15.1.2 – multas;

15.1.3 – Cancelamento do Registro sujeitando-se o Detentor da Ata ao pagamento de indenização a Administração por perdas e danos;

15.1.4 – Suspensão temporária do direito de licitar com esta Prefeitura e com outros entes municipais;

15.1.5 – Indenização à Administração da diferença de custos para procedimentalização de nova Ata de Registro de Preços ou da convocação de remanescente;

15.1.6 – Declaração de inidoneidade para licitar e contratar com a ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA, por prazo não superior a 05 (cinco) anos.

15.2 – A multa será aplicada à razão de 0,1% (um décimo por cento) sobre o valor total dos materiais em atrasos, por dia de atraso no fornecimento dos materiais.

15.2.1 – O valor máximo das multas não poderá exceder, cumulativamente, a 20% (vinte por cento) do valor total atualizado da Ata.

15.3 – As sanções previstas neste CAPÍTULO poderão ser aplicadas cumulativamente, ou não, de acordo com a gravidade da infração, facultada ampla defesa à Detentora da Ata, no prazo de 05(cinco) dias úteis a contar da intimação do ato.

EXTENSÃO DAS PENALIDADES

15.4 - Quem, convocado dentro do prazo de validade da sua proposta, não celebrar o contrato, deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, ficará impedido de licitar e contratar com a União, Estados, Distrito Federal ou Municípios e, será descredenciado do Sicafe, ou nos sistemas de cadastramento de fornecedores a que se refere o inciso XIV do art. 4º da Lei 10.520/2002, pelo prazo de até 05 (cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas em Edital e no contrato e das demais cominações legais.

CAPÍTULO 16 – DA IMPUGNAÇÃO DO ATO CONVOCATÓRIO

16.1 - Qualquer cidadão é parte legítima para impugnar os termos do presente Edital de Licitação por irregularidade na aplicação das Leis 10.520/2002 e Lei 8.666/93, devendo protocolar o pedido até 5 (cinco) dias úteis antes da data fixada para a abertura dos envelopes de habilitação, devendo a Administração julgar e responder à impugnação em até 3 (três) dias úteis.

16.2 - Acolhida a petição contra o ato convocatório, será designada nova data para a realização do certame.

CAPÍTULO 17 – DISPOSIÇÕES GERAIS

17.1 - A participação nesta licitação será considerada como evidência de que a licitante examinou completamente este Edital, aceitando integralmente suas normas e que obteve da Municipalidade, através do Setor de Licitações, as informações que solicitaram.

17.2 – Este Edital deverá ser lido e interpretado na íntegra e após apresentação da documentação e da proposta não serão aceitas alegações de desconhecimento ou discordância de seus termos.

17.3 – Será dada vista aos proponentes interessados tanto das Propostas Comerciais como dos Documentos de Habilitação apresentados na sessão.

17.4 – É facultado ao Pregoeiro ou à Autoridade Superior em qualquer fase dos atos que integram o certame licitatório, promoverem diligências destinadas a esclarecer ou complementar a instrução do processo e a aferição dos bens ou mercadorias ofertados, bem como solicitar aos Órgãos competentes a elaboração de pareceres técnicos destinados a fundamentar as decisões.

17.5 – É vedado ao licitante retirar sua proposta ou parte dela após aberta a sessão do pregão.

17.6 - É vedado à contratada subcontratar total ou parcialmente o fornecimento do objeto deste Pregão.

17.7 – O Pregoeiro, no interesse da Administração, poderá relevar omissões puramente formais observadas na documentação e proposta, desde que não contrariem a legislação vigente e não comprometam a lisura da licitação sendo possível à promoção de diligência destinada a esclarecer ou a complementar a instrução do processo.

17.8 - A autoridade competente para a aprovação do procedimento somente poderá revogar a licitação por razões de interesse público decorrente de fato superveniente devidamente comprovado, pertinente e suficiente para justificar tal conduta, devendo anulá-la por ilegalidade, de ofício ou por provocação de terceiros, mediante parecer escrito e devidamente fundamentado.

17.9 - A anulação do procedimento licitatório por motivo de ilegalidade não gera obrigação de indenizar, ressalvado o disposto no parágrafo único do art. 59 da Lei 8.666/93.

17.10 - A nulidade do procedimento licitatório induz à do contrato, ressalvado o disposto no parágrafo único do art. 59 da Lei 8.666/93.

17.11 - No caso do desfazimento do processo licitatório, fica assegurado o contraditório e a ampla defesa.

17.12 - O original deste Edital deverá ser datado, rubricado em todas as folhas e assinado pela autoridade que o expedir, permanecendo no processo de licitação, e dele extraindo-se cópias integrais ou resumidas, para sua divulgação e fornecimento aos interessados.

17.13 - Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento.

CAPÍTULO 18 – DO VALOR

18.1 – O valor global máximo estimado para a futura e eventual aquisição é de **R\$ 2.036.131,97 (dois milhões, trinta e seis mil, cento e trinta e um reais e noventa e sete centavos)** assim elencados, **itens 01 ao 04**. Com verba proveniente dos recursos oriundos da Secretaria Municipal Promoção Social, Ação Comunitária e Habilitação, Secretaria Municipal Gabinete, Secretaria Municipal de Cultura, Secretaria Municipal de Educação, Secretaria Municipal de Agricultura, Secretaria Municipal de Saúde, Secretaria Municipal de Saúde (Recurso PPI) e Secretaria Municipal de Defesa Civil e Infraestrutura, as principais fontes pagadoras as quais custearão a aquisição do objeto da presente licitação e que passam a integrar amplamente este Edital na modalidade de PREGÃO.

CAPÍTULO 19 - DO EDITAL E SEUS ANEXOS

19.1– O Edital e seus ANEXOS bem como quaisquer informações que os licitantes julgarem necessárias poderão ser obtidas na sala da Comissão de Pregão, sito à Rua César Vieira, nº 105 – Centro – Porciúncula/RJ, pelo e-mail pregao@porciuncula.rj.gov.br ou pelos telefones n.ºs (22) 3842-1221 ou 3842-1388, de 2ª à 6ª feira no horário de 09:30 às 16:30 horas e no Portal da Transparência do site da Prefeitura de Porciúncula, www.porciuncula.rj.gov.br.

19.2 – Este edital possui 09 (nove) ANEXOS, sendo: **ANEXO I** – Formulário Padronizado de Proposta (valor global); **ANEXO II** - Planilha detalhada do objeto, para preenchimento dos valores unitário e total/termo de referência; **ANEXO III** - Minuta da Ata de Registro de Preços; **ANEXO IV** – Modelo de credenciamento; **ANEXO V** – Declaração de Cumprimento dos requisitos de habilitação; **ANEXO VI** - Declaração de inexistência de fato impeditivo e **ANEXO VII** - Declaração de não empregar menores de 18 anos; **ANEXO VIII**- Modelo de declaração de ME ou EPP e **ANEXO IX** - Modelo de recibo do Edital.

19.3 – Acompanham este Edital os seguintes anexos:

- **ANEXO I** – FORMULÁRIO PADRONIZADO DE PROPOSTA (VALOR GLOBAL);
- **ANEXO II** – PLANILHA DETALHADA DO OBJETO, PARA PREENCHIMENTO DA PROPOSTA COM VALORES UNITÁRIO E TOTAL/TERMO DE REFERÊNCIA;
- **ANEXO III** – MINUTA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS A SER FIRMADA ENTRE A ADMINISTRAÇÃO E O LICITANTE VENCEDOR;
- **ANEXO IV** - MODELO DE CREDENCIAMENTO;
- **ANEXO V** - DECLARAÇÃO DE CUMPRIMENTO DOS REQUISITOS DE HABILITAÇÃO;
- **ANEXO VI** - DECLARAÇÃO DE INEXISTÊNCIA DE FATO IMPEDITIVO DE HABILITAÇÃO;
- **ANEXO VII** - DECLARAÇÃO DE NÃO EMPREGAR MENORES;
- **ANEXO VIII** - MODELO DE DECLARAÇÃO DE ME OU EPP;
- **ANEXO IX** – MODELO DE RECIBO DO EDITAL.

Porciúncula - RJ, 31 de agosto de 2022.

**JOÃO CESAR HONÓRIO DA SILVA
PREGOEIRO**

ANEXO I - PROPOSTA DE PREÇO- VALOR GLOBAL

<p align="center">PREFEITURA MUNICIPAL DE PORCIÚNCULA</p> <p align="center">Secretaria Municipal de Administração</p>		<p>PREGÃO PRESENCIAL Nº 038/2022-SRP</p> <p>Nº dos Processo: 05.548/2022</p> <p>A ser aberta para julgamento às 14:00 horas do dia 22/09/2022</p>			
<p>Queira apresentar, observadas AS INDICAÇÕES ABAIXO, o(s) preço(s) para fornecimento e este ÓRGÃO do(s) material (is) e/ ou serviços abaixo relacionado(s).</p> <p align="center">SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO</p> <p align="center">_____</p> <p align="center">Órgão</p> <p align="center">_____</p> <p align="center">Sec. Mun. de Administração Assinatura do Responsável</p>		<p>EMPRESA:</p> <p>ENDEREÇO:</p> <p>Este PREGÃO PRESENCIAL será impreterivelmente aberto na data e hora marcadas podendo o ato ser assistido pelo proponente ou qualquer cidadão interessado.</p>			
Item	ESPECIFICAÇÃO	Item	Unid.	Quant.	Total Geral R\$
01	<p>Futura e eventual aquisição de combustíveis destinados ao abastecimento dos veículos e equipamentos rodoviários desta municipalidade pelo período de 06 (seis) meses, conforme as especificações descritas no processo administrativo nº. 05.548/2022 da Secretaria Municipal de Gabinete e no ANEXO II (Proposta Detalhe e Termo de Referência), parte integrante do Edital do Pregão nº. 038/2022-SRP.</p> <p>Obs.: <u>Condições de Pagamento:</u> Conforme Edital.</p>				
<p>OBSERVAÇÕES:</p> <p>1.0 – O PREGÃO PRESENCIAL deverá: -ser digitado ou datilografado, sem emendas e rasuras; -conter os preços em algarismos por unidade, já incluídas as despesas de frete, impostos federais ou estaduais e descontos especiais; -ser datada e assinada pelo gerente ou seu procurador.</p> <p>2.0 - O proponente se obrigará, mediante entrega da proposta do PREGÃO PRESENCIAL, a cumprir os termos nele contidos.</p> <p>3.0 – A proposta do PREGÃO PRESENCIAL deverá ser entregue a este ÓRGÃO, até a hora e data marcadas, em envelope fechado com a indicação do seu número.</p> <p>4.0 - A licitação mediante PREGÃO PRESENCIAL poderá ser revogada ou anulada no todo ou em parte, de conformidade com a legislação vigente.</p>		<p>Prazo de Entrega _____ dias úteis. Validade do Pregão Presencial: preços válidos por _____ dias.</p> <p>Local de entrega: _____</p> <p>Declaramos inteira submissão ao presente termo e legislação vigente</p> <p align="center">Em ____ / ____ / ____</p> <p align="center">_____ Representante da Empresa Proponente</p> <p>CNPJ.: INSC. ESTADUAL.:</p>			

ANEXO II - PLANILHA DETALHADA DO OBJETO, PARA PREENCHIMENTO DA PROPOSTA COM VALORES UNITÁRIO E TOTAL/TERMO DE REFERÊNCIA.

Processo nº: 05.548/2022.

Proposta Detalhe Pregão Presencial nº 038/2022-SRP.

Secretaria Municipal Promoção Social, Ação Comunitária e Habilitação, Secretaria Municipal Gabinete, Secretaria Municipal de Cultura, Secretaria Municipal de Educação, Secretaria Municipal de Agricultura, Secretaria Municipal de Saúde, Secretaria Municipal de Defesa Civil e Infraestrutura Urbana.

Item	Especificação	Marca	Unid.	Quant.	Valor Unitário R\$	Valor Total R\$
01	GASOLINA COMUM		L	73.350,45		
02	ÁLCOOL		L	800		
03	DIESEL COMUM		L	80.982,37		
04	DIESEL S-10		L	138.432,34		
TOTAL GERAL =====>						R\$

Carimbo (CNPJ) e Assinatura do Representante da Empresa

TERMO DE REFERÊNCIA

Aquisição de combustíveis destinados ao abastecimento dos veículos e equipamentos rodoviários desta municipalidade, pelo período de 06 (seis) meses.

1- JUSTIFICATIVA:

1.1 - A presente solicitação justifica-se uma vez que o fornecimento de combustíveis é essencial a manutenção das diversas atividades desenvolvidas pela Administração Municipal, sendo certo que é necessário o abastecimento regular e constante dos veículos, máquinas, equipamentos agrícolas e rodoviários com o intuito de: desobstrução de barreiras e manutenção das estradas vicinais, coleta de lixo urbano, remoção de pacientes da Unidade Mista de Saúde, dos PSF's dos 3 distritos, transporte de alunos da rede Pública Municipal, transporte de pacientes a Centros de Saúde em outros municípios e demais veículos que atendem a toda estrutura dos Órgãos que compõem a Prefeitura Municipal de Porciúncula.

1.2 - A efetiva solicitação de combustíveis será feita por funcionários a serem designados pela Secretaria de Gabinete, e serão feitas de acordo com a relação consumo e demanda, mediante a utilização de formulário próprio, datado e assinado, em duas vias.

2 – DO OBJETO:

2.1 - Constitui objeto do presente termo, contratação de empresa para o fornecimento de combustíveis destinados ao abastecimento de veículos, máquinas, equipamentos agrícolas e rodoviários que prestam serviço para a Administração do Município de Porciúncula – RJ, pelo período de 06 (seis) meses.

3 – DAS ESPECIFICAÇÕES MÍNIMAS:

3.1 - As especificações mínimas, as unidades de medida dos itens e a quantidade a ser adquirida estão descritas na tabela abaixo:

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	UNIDADE	CONSUMO NO PERÍODO DE 06 (MESES)
1	GASOLINA COMUM	L	73.350,45 L
2	ÁLCOOL	L	800 L
3	DIESEL COMUM	L	80.982,37 L
4	DIESEL S-10	L	138.432,34 L

3.2- Disposição dos quantitativos por Secretarias, com respectivos Programas de Trabalho e Elementos de Despesa:

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	UNID.	QUANT.
1	SEC. MUN. DE PROMOÇÃO SOCIAL, AÇÃO COMUNITÁRIA E HABITAÇÃO		
	Programa de Trabalho 082440085.2183.2183 e Elemento de Despesa 3.3.90.30.00		
	Diesel S-10	L	4.608,39
	Gasolina	L	4.154,15
2	SEC. MUN. DE GABINETE		
	Programa de Trabalho 041220026.2003.2003 e Elemento de Despesa 3.3.90.30.00		
	Gasolina	L	8.434,36
	Diesel Comum	L	2.483,33
	Alcool	L	300
3	SEC. MUN. DE CULTURA		
	Programa de Trabalho 133920035.2056.2056 e Elemento de Despesa 3.3.90.30.00		
	Gasolina	L	1.521,99
4	SECR. MUN. DE EDUCAÇÃO		
	Programa de Trabalho 12.361.0011.2312.2312 e Elemento de Despesa 3.3.90.30.00		
	SALÁRIO EDUCAÇÃO		
	Transp. alunos ônibus LLF 4327, KPG 9857, K VX 8423, LQQ 3730, LLU 9233, KWZ 5408, KNX 5645, KYK 6526, LLY 5740, LQQ 3719, KPT 2103, VAN LLZ6625, KPG 9862, KOMBI KON 7262, MICRO ONIBUS LMV6B70,		
	Diesel S-10	L	30.808,85
	RECURSO PRÓPRIO		
	VOYAGE KXA5E47, CHEVROLET SPIN RKA3A45, PRISMA KYG 4659.		
	Caminhão Frigorífico KXU 6884, Caminhão IVECO LKZ 4691, Van IVECO RKL6B31		
	Gasolina	L	4.102,73
	Diesel S-10	L	5.755,66
5	SECRETARIA MUN. DE AGRICULTURA		
	Programa de Trabalho 201220047.2073.2073 e Elemento de Despesa 3.3.90.30.00		
	Diesel Comum	L	55.956,74
	Diesel S-10	L	49.659,00
	Gasolina	L	7.980,10
6	SECRETARIA MUN. DE SAÚDE		
	Programa de Trabalho 10.301.0061.2103.2103 e Elemento de Despesa 3.3.90.30.00		
	Diesel Comum	L	4.633,53
	Diesel S-10	L	28.052,54
	Gasolina	L	43.545,17
	Álcool	L	300,00
7	SECRETARIA MUN. DE DEFESA CIVIL E INFRAESTRUTURA URBANA.		
	Programa de Trabalho 04.122.0023.2043.2043 e Elemento de Despesa 3.3.90.30.00		

Gasolina	L	3.611,96
Diesel S-10	L	19.547,90
Diesel Comum	L	13.138,95
Álcool	L	200
Recurso C.I.D.E. - Programa de Trabalho 26.782.0053.2141.2141 e Elemento de Despesa 3.3.90.30.00		
RETRO CASE 580 M		
PÁ CARREGADEIRA W20 E		
TRATOR MASSEY FERGUSON 250XE		
TRATOR NEW HOLLAND TL 60E		
Diesel Comum	L	4.769,81

4 – JUSTIFICATIVA DA QUANTIDADE E FORMAÇÃO DOS PREÇOS:

4.1 - A quantidade estimada para a solicitação referida foi baseada em sede histórica, tendo por parâmetro a média de consumo dos últimos 06 (seis) meses, setembro 2021 a fevereiro de 2022, como se extraiu das cópias das notas fiscais constantes na extinta Secretaria Municipal de Transportes (LC 109/2019) e nas notas anexadas aos processos de pagamento, que se encontram nas Tesourarias da Prefeitura de Porciúncula, do Fundo Municipal de Saúde, do Fundo Municipal de Educação e do Fundo Municipal de Assistência Social.

4.2 - Informo que na formação de preços deverá ser excluído o relatório mensal de acompanhamento de mercado divulgado pela ANP, tendo em vista que após consulta ao mesmo, esta Secretaria concluiu que sua média com base no Município mais próximo de nossa Cidade não condiziria com os valores praticados no município, afetando a ponderação da ampla pesquisa de mercado a um desvio fora do padrão corrente em nossa região, prejudicando a metodologia aplicada.

5. FUNDAMENTO LEGAL:

5.1 - A contratação de empresa para fornecimento de combustível, objeto deste Termo de Referência, tem amparo legal, integralmente, na Lei n.º 10.520 de 17 e julho de 2002 e, subsidiariamente, na Lei n.º 8666/93 e suas alterações posteriores.

5.2 - O objeto poderá sofrer acréscimos ou supressões nos limites previstos no art. 65, §§ 1º e 2º, da Lei Federal n.º 8.666/93.

6. PRAZO E FORMA DO FORNECIMENTO:

6.1 O fornecimento dos produtos deverá ser parcelado conforme autorização, através de formulário próprio a ser emitido pela Prefeitura de Porciúncula e começará a fluir a partir de setembro de 2022 e se estenderá por um período de 6 (seis) meses.

6.2 - O prazo para fornecimento dos combustíveis será de imediato, contado a partir da homologação do pregão, mediante autorização de fornecimento, e prévio agendamento com o Secretário Municipal de Gabinete.

6.3 – A (s) empresa (s) vencedora do certame deverá(ão) realizar o fornecimento dos combustíveis na sede do Município (1º Distrito) de Porciúncula, mediante a apresentação de requisição assinada por servidor responsável, autorizado pela Secretaria de Gabinete, especificando a marca e modelo do veículo, placa, nome do condutor do veículo, quilometragem e campo para introdução do nome e assinatura do servidor condutor do veículo;

6.4 – Os abastecimentos serão realizados somente com a apresentação das requisições de abastecimento devidamente preenchidas;

6.5 – A Prefeitura Municipal de Porciúncula encaminhará seus veículos oficiais até o posto de abastecimento, dentro do horário de funcionamento, o qual não poderá ser inferior ao intervalo de horário das 7 (sete) às 21 (vinte e uma) horas;

6.6 – Devido à necessidade de abastecimento de veículos que chegam de viagem após o horário de funcionamento, citado no item anterior (item 6.5), e precisam retornar novamente em viagem, a (s) empresa (s) contratada (s) deverá (ão) disponibilizar um meio para que seja realizado tais abastecimentos, com horário máximo fixado até as 00:30h (meia noite e meia).

6.7 – A nota fiscal deverá descrever detalhadamente o produto fornecido.

7- RELAÇÃO DE VEÍCULOS QUE SERÃO ATENDIDOS PELA LICITAÇÃO:

PREFEITURA		
SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA		
VEÍCULO	PLACA	COMBUSTÍVEL
CAMINHÃO FORD CARGO 1317 E	LRX1601	DIESEL COMUM
CAMINHÃO FORD CARGO 1722 E	LPK4795	DIESEL COMUM
CAMINHÃO M BENS ATRON 2729 K 6 X 4	KPZ9148	DIESEL COMUM/S-10
CAMINHÃO VOLVO VM 270 6 X 2 R	KWU9266	DIESEL COMUM/S-10
CAMINHÃO VW 12 140 T	KOS0433	DIESEL COMUM
CAMINHONETE F 4000 G	LSD1455	DIESEL COMUM
CAMINHONETE F 4000 G	LNY8767	DIESEL COMUM
FIAT STRADA FIRE CE FLEX	KWT3309	GASOLINA/ÁLCOOL
FIAT STRADA FIRE CE FLEX	LSL3313	GASOLINA/ÁLCOOL
HONDA NXR 150 BROS	KVA8186	GASOLINA
HONDA NXR 150 BROS KS	LPA7155	GASOLINA
PÁ CARREGADEIRA W20 E	W 20E	DIESEL COMUM
PATROL 12 G	12 G	DIESEL COMUM
PATROL NEW HOLLAND 140 B	140 B	DIESEL COMUM
RENAULT/OROCH 16 4 X2	LTS3E38	GASOLINA/ÁLCOOL
RENAULT/OROCH 16 4 X2	LTS3E39	GASOLINA/ÁLCOOL
RENAULT/OROCH 16 4 X2	LTS3E40	GASOLINA/ÁLCOOL
RETRO JCB 3 C	JCB 3 C	DIESEL COMUM
RETRO MASSEY FERGUSSON 86 H S	86 H S	DIESEL COMUM

RETRO PLUS JCB 3 C	JCB 3 C	DIESEL COMUM
TRATOR BUNDY 4X4 , CABINADO SIST. ELETRICO	105CV MM	DIESEL S-10
TRATOR NEW HOLLAND S100	S 100	DIESEL COMUM
TRATOR VALTRA A 950	A 950	DIESEL COMUM
TRATOR VALTRA BM 110	BM 110	DIESEL COMUM
VW/17 230 CRM 4X2	LMY6E42	DIESEL S-10
VW KOMBI	KYY0076	GASOLINA
PATROL CAT		DIESEL S-10
FORD CARGO 816	KPW6777	DIESEL S-10
FIAT/DUCATO M RONTAM AMBULÂNCIA	LRQ 0458	DIESEL S-10
SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA		
CREVROLET COBALT 1.8 LT	LLU3014	GASOLINA/ÁLCOOL
SECRETARIA MUNICIPAL DE FAZENDA		
MOTO DITALY PLUS 49,5		GASOLINA
SECRETARIA MUNICIPAL DE GABINETE		
AGRALE NEOBUS THUNDER	LOJ91114	DIESEL COMUM
NISSAN SENTRA	LRG2H81	GASOLINA/ÁLCOOL
VW NOVO VOYAGE 1.6	KWK5251	GASOLINA/ÁLCOOL
CHEVROLET CELTA	LQB 6445	GASOLINA/ÁLCOOL
CORSA CLASSIC LS	KXX 9996	GASOLINA/ÁLCOOL
FORD/COURIER 1.6 FLEX	KRF 1450	GASOLINA/ÁLCOOL
ONIX	RJD5614	
FIESTA	KNY4897	
SECRETARIA MUNICIPAL DE DEFESA CIVIL E INFRAESTRUTURA URBANA		
CAMINHÃO FORD CARGO 1722	LKX9639	DIESEL COMUM
CORSA CLASSIC LS	LLY8581	GASOLINA/ÁLCOOL
FIORINO AMBULANCIA	KZV4595	GASOLINA
FIORINO AMBULANCIA	LAH3429	GASOLINA
FORD CARGO 1717 E	KVA3022	DIESEL COMUM
HONDA BROSS NKR 150 E SD	LPI3233	GASOLINA
HONDA NXR150 BROS KS	KRA3428	GASOLINA
PA CARREGADEIRA W 20 E	W 20 E	DIESEL COMUM
RETRO CASE 580 M	580 M	DIESEL COMUM
RETRO CASE JCB 3 C	JCB 3C	DIESEL COMUM
SAVEIRO AMBULÂNCIA	KZP0195	GASOLINA
VOLVO VM 270 4 X 2R CAMINHAO COMPACTADOR	KQY7124	DIESEL COMUM/S-10
VW GOL PATRULHEIRO 1.6	LKP1042	GASOLINA
VW KOMBI ESCOLAR	LCP5543	GASOLINA
VW SAVEIRO 1.6	LPB2496	GASOLINA

VW13180 EURO3 WORKER- CAMINHÃO PIPA	KPA3784	DIESEL COMUM	
FIAT FIORINO IE	LUU 8183	GASOLINA/ ÁLCOOL	
TRATOR NEW HOLLAND TL 60E		DIESEL COMUM	
CAMINHONETE MMC L200 4X4 GL	LLL8391		
SECRETARIA MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE			
HONDA CG 150 TITAN ESD	KOS2813	GASOLINA	
PÁ CARREGADEIRA CLARK75H		DIESEL	
FIAT STRADA	KWT3309	GASOLINA	
FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO			
VEÍCULO	PLACA	OBS	COMBUSTÍVEL
CAMINHAO CARGA IVECO DAILY 45S14CS	LKZ4691	RP	DIESEL S-10
CAMINHÃO FRIGORIFICO VW/9.160 DRC 4X2	KXU6884	RP	DIESEL S-10
MICROONIBUS ESCOLAR IVECO CITY CLASS 70 C 17	LQQ3719	SE	DIESEL S-10
MICROONIBUS ESCOLAR MARCOPOLO VOLARE V 8L 4 X 4 EQ	LQQ3730	SE	DIESEL S-10
MICROONIBUS ESCOLAR MARCOPOLO VOLARE V 8L 4 X 4 EQ	KWZ5408	SE	DIESEL S-10
MICROONIBUS ESCOLAR MARCOPOLO VOLARE V8L 4 X 4 EO	KVX8423	SE	DIESEL S-10
MICROONIBUS ESCOLAR MARCOPOLO VOLARE V8L 4 X 4 EO	LMV6B70	SE	DIESEL S-10
MICROONIBUS ESCOLAR MARCOPOLO VOLARE V8L 4X 4 EO	LLU9233	SE	DIESEL S-10
MICROONIBUS ESCOLAR MARCOPOLO VOLARE V8L 4X4 EO	KPG9857	SE	DIESEL S-10
MICROONIBUS ESCOLAR MARCOPOLO VOLARE V8L EM	KPG9862	SE	DIESEL S-10
ONIBUS CITY CLASS 70 C 17	KPT2103	SE	DIESEL S-10
ONIBUS ESCOLAR VW/ 15.190 EOD HD ORE	LLY5740	SE	DIESEL S-10
ONIBUS ESCOLAR VW/15.90190 EOD HD	KYK6526	SE	DIESEL S-10
ONIBUS ESCOLAR VW/15.90190 EOD HD	LLF4327	SE	DIESEL S-10
ONIBUS ESCOLAR VW/15.90190 EOD HD	KNX5645	SE	DIESEL S-10
VAN CITROEN JUMPER M33M 23S	LLZ6625	SE	DIESEL S-10
VEICULO CREVROLET PRISMA 1.4 LT	KYG4659	RP	GASOLINA
VEICULO KOMBI ESCOLAR	KON7262	SE	GASOLINA
VEICULO NOVO VOYAGE 1.6	KXA5447	RP	GASOLINA/ÁLCOOL
CHEVROLET SPIN	RKA3A45		GASOLINA
VAN IVECO	RKL6B31		DIESEL S10
FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL			
VEÍCULO	PLACA	COMBUSTÍVEL	
GM CELTA 4 P SPIRIT	KXM3573	GASOLINA/ÁLCOOL	
FIAT PALIO WK ATTRAC 1.4	KPZ4904	GASOLINA/ÁLCOOL	
VW NOVO VOYAGE 1.0	LRA6836	GASOLINA/ÁLCOOL	
VAN PEUGEOT BOXER REVESCAP 17	KVH7005	DIESEL COMUM/S-10	

CITROEN/AIRCROSS START MTN (CONSELHO TUTELAR)	LTM7J70	GASOLINA/ÁLCOOL
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE		
VEÍCULO	PLACA	COMBUSTÍVEL
FIAT MOBI EASY	KYD9353	GASOLINA/ÁLCOOL
FIAT UNO VIVACE 1.0	LMH9568	GASOLINA/ÁLCOOL
I/M BENS 313 CDI SPRINNTE RM VAN	KPJ3503	DIESEL COMUM/S-10
KOMBI	LKP8383	GASOLINA
KOMBI/LOTAÇÃO	LUW5685	GASOLINA
NISSAN VERSA	LSI3338	GASOLINA/ÁLCOOL
NISSAN/MARCH 16S	KWY9431	GASOLINA/ÁLCOOL
PEUGEOT BOXER M 350 LH 23 S VAN	KWZ6033	DIESEL S-10
RENAULT KANGOO NIKS AMBULANCIA	KWY9169	GASOLINA/ÁLCOOL
RENAULT MASTER AMBULANCIA RONTAN	KVN7262	DIESEL COMUM/S-10
RENAULT SANDERO EXP 16	KOP5803	GASOLINA/ÁLCOOL
RENAULT/KWID INTENS 10 MT	LOJ7E47	GASOLINA/ÁLCOOL
RENAULT/KWID ZEN 10 MT	LTS1H23	GASOLINA/ÁLCOOL
RENAULT/KWID ZEN 10 MT	LTS1H29	GASOLINA/ÁLCOOL
RENAULT/KWID ZEN 10 MT	LTS1J73	GASOLINA/ÁLCOOL
RENAULT/KWID ZEN 10 MT	LMW1I42	GASOLINA/ÁLCOOL
RENAULT/KWID ZEN 10 MT	LTX8G85	GASOLINA/ÁLCOOL
RENAULT/KWID ZEN 10 MT	LMW1C55	GASOLINA/ÁLCOOL
RENAULT/KWID ZEN 10 MT	LMW7A73	GASOLINA/ÁLCOOL
RENAULT/M GREENCAR AMBULANCIA	LUC1C19	DIESEL S-10
RENAULT/MASTER FUR L 1H	LTO7A77	DIESEL S-10
RENAULT/MASTER MAR P CAD	RJL0H36	DIESEL S-10
RENAULT/MASTER REVES A	LTQ3I57	DIESEL S-10
RENAULT/MASTERL 1 VER AMBULANCIA	RKT0H71	DIESEL S-10
VAN AMBULANCIA	LLE7022	DIESEL COMUM
VW KOMBI	KWG7094	GASOLINA/ÁLCOOL
VW/SAVEIRO CL 16 MI	LCQ0745	GASOLINA
VW/VOYAGE TL MB	KRI8634	GASOLINA/ÁLCOOL
HONDA CG 125 CARGO	LCJ 4873	GASOLINA
VW GOL PATRULHEIRO 1.6	LKP 8233	GASOLINA/ÁLCOOL
FIORINO AMBULÂNCIA	LAH 3429	GASOLINA/ÁLCOOL
ÔNIX	RKL2J95	GASOLINA/ÁLCOOL
STRADA	RKO3E56	GASOLINA/ÁLCOOL
IPANEMA	KOS045	GASOLINA/ÁLCOOL

8- OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA:

8.1 – Fornecer o (s) produto (s) no local e prazo indicados neste Termo, correndo por conta do CONTRATADO as despesas decorrentes de fretes, embalagens, encargos e tudo mais que se relacionar com a perfeição na entrega do produto adquirido.

8.2 – Antes de apresentar sua proposta a empresa deverá analisar e consultar as especificações, executando todos os levantamentos, de modo a não incorrer em omissões, que jamais poderão ser alegadas ao fornecimento em favor de eventuais pretensões de acréscimos de preços, alteração da data de entrega ou qualidade;

8.3 - A **CONTRATADA** se responsabilizará pela perfeita execução do objeto no presente contrato, inclusive pela sua manutenção e qualidade, correndo por sua conta e risco o transporte do mesmo até a efetiva entrega em seu destino às pessoas autorizadas pela **CONTRATANTE**.

8.4 - A **CONTRATADA** se obriga a manter, durante todo período de vigência deste contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, mantendo todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no processo de licitação.

9 - OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE:

9.1 – Solicitar a **CONTRATADA** o fornecimento dos combustíveis, nos horários e condições solicitadas, caso diferente do estabelecido neste termo;

9.2 - Atestar nas Notas Fiscais e/ou faturas a efetiva execução do objeto do presente, conforme ajuste representado pela Nota de Empenho;

9.3 - Efetuar o pagamento à **CONTRATADA** no prazo avençado, após a entrega da Nota Fiscal, devidamente atestada, no setor competente, e exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas, de acordo com as cláusulas contratuais e os termos de sua proposta.

9.4 - Exercer o acompanhamento e a fiscalização dos serviços, por servidor ou comissão especialmente designada e notificar, por escrito, à **CONTRATADA** da aplicação de qualquer sanção.

10 – DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO:

10.1 – **Se ocorrer à futura e eventual aquisição do objeto do presente, pagamento será efetuado quinzenalmente**, conforme as solicitações das Secretarias requisitantes e após as efetivas entregas do objeto licitado, e se dará em tantas parcelas quanto forem as da entrega no máximo ao décimo quinto dia útil, a contar do período de adimplemento da obrigação, e deverá ser requerido junto às Secretarias requisitantes, com o documento de cobrança dos serviços realizados no período da obrigação.

11 – DA MODALIDADE DE LICITAÇÃO:

11.1 - A aquisição será realizada na modalidade de PREGÃO PRESENCIAL.

12 – DOS CRITÉRIOS DE ACEITAÇÃO:

12.1 - Adotar-se à como critério de aceitabilidade a média dos valores obtidos nas pesquisas de preço, desclassificando-se as propostas cujos preços excedam.

13 – DOS CRITÉRIOS DE JULGAMENTO:

13.1 - Para julgamento e classificação das propostas será adotado o critério de menor preço unitário, observadas as especificações técnicas definidas neste Termo.

PREGÃO Nº. 038/2022–SRP – TIPO PRESENCIAL – PROCESSO Nº: 05.548/2022.

ANEXO III - MINUTA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

Às horas e dez minutos do dia dedo ano de 2022, reuniram-se na sede da Prefeitura Municipal de Porciúncula, na Sala de Licitações, sito à Rua César Vieira, nº 105 – Centro – Porciúncula/RJ, o Pregoeiro João Cesar Honório da Silva, tendo como Equipe de Apoio o Sr Érick Francisco Moraes Ferreira e a Sr.^a Marcela Ferreira da S. O. Rosa, designados pela Portaria nº 242/2021, visando julgar as propostas apresentadas na Licitação por Modalidade de **Pregão Presencial nº..... /2022-SRP do TIPO.....**, visando à futura e eventual.....conforme consta do processo administrativo nº da Secretaria de e no Termo de Referência **ANEXO II**, parte integrante do Edital do pregão em epígrafe. Neste ato o **MUNICÍPIO DE PORCIÚNCULA**, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ sob o número....., através da Secretaria de....., ora designada Órgão Gerenciador, com sede à doravante simplesmente denominada **ADMINISTRAÇÃO**, neste ato representado porbrasileiro(a), (qualificação da pessoa física), residente portador da Carteira de identidade nº..... expedida pelo inscrito no CPF sob o nº e (nome da pessoa jurídica ou física), (qualificação da pessoa física), (qualificação da pessoa jurídica) pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o número..... e no Estado sob o número,....., com sede (residente) na (a)....., doravante simplesmente denominada **DETENTORA DA ATA**, neste ato representada (pessoa jurídica) por seu....., que se declaram conhecedoras do inteiro teor do Edital de Pregão Nº , concordando com todos seus certames e prometendo cumprir fielmente o que está aqui estipulado, resolvem instituir a Ata de Registro de Preços (ARP), nos termos da Lei do Pregão nº 10.520/2002, Decretos Municipais nºs 1.776/2017 e 1.780/2017, com aplicação subsidiária da Lei Federal nº 8.666 de 21/06/93, com as modificações introduzidas pelas Leis nºs: 8.248/1991 e alterações, 8.883 de 08/06/94, 9.648 de 27/05/98, 9.854, de 27.10.1999 e 12.349 de 2010, bem como pela Lei Complementar nº 123/06 e 128/08, Decreto Municipal nº 1.719/2017 e demais normas legais e regulamentares aplicáveis e atinentes a matéria, bem como ainda, pelas disposições neste instrumento, com o intuito de Registrar os Preços das empresas abaixo indicadas para o eventual e futuro fornecimento de , sendo certo que a presente constitui-se em documento vinculativo e obrigacional às partes, obedecendo as condições descritas no Edital correspondente e seus ANEXOS, que integram a presente ata, independente de transcrição, conforme segue:

CLÁUSULA PRIMEIRA (Do objeto) –

1.1- A presente Ata tem por objeto o Registro de Preços para o eventual e futuro fornecimento de **combustíveis destinados ao abastecimento dos veículos e equipamentos rodoviários desta municipalidade pelo período de 06 (seis) meses**, conforme as especificações descritas no processo administrativo nº. 01.230/2022 da Secretaria Municipal de Gabinete, sendo os quantitativos estimados e os itens a serem registrados os constantes do Anexo II, Termo de Referência, do Edital do Pregão Presencial nº. /2022 – SRP.

1.2- (descrever a quantidade, objeto, preço unitário e total)

1 - O fornecedor, o desconto e as especificações registrados nesta Ata encontram-se indicados na tabela abaixo:

EMPRESA:	
CNPJ:	TEL/FAX:
ENDEREÇO:	
CONTATO:	

ITEM	DESCRIÇÃO	UNITARIO R\$	TOTAL R\$

CLÁUSULA SEGUNDA (Do prazo e forma do fornecimento) –

2.1- O fornecimento dos combustíveis deverá ser parcelado conforme autorização, através de formulário próprio a ser emitido pela Prefeitura de Porciúncula e começará a fluir de setembro de 2022 e estender-se-á por um período de 6 (seis) meses.

2.2 - O prazo para fornecimento dos combustíveis será de imediato, contado a partir da homologação do pregão, mediante autorização de fornecimento, e prévio agendamento com os Secretários requisitantes.

2.3 – A (s) empresa (s) vencedora do certame deverá realizar o fornecimento dos combustíveis na sede do Município (1º Distrito) de Porciúncula, mediante a apresentação de requisição assinada por servidor responsável, autorizado pela Secretaria de Transporte, especificando a marca e modelo do veículo, placa, nome do condutor do veículo, quilometragem e campo para introdução do nome e assinatura do servidor condutor do veículo;

2.4 – Os abastecimentos serão realizados somente com a apresentação das requisições de abastecimento devidamente preenchidas;

2.5 – A Prefeitura Municipal de Porciúncula encaminhará seus veículos oficiais até o posto de abastecimento, dentro do horário de funcionamento, o qual não poderá ser inferior ao intervalo de horário das 6 (seis) às 21 (vinte e uma) horas;

2.6 – Devido à necessidade de abastecimento de veículos que chegam de viagem após o horário de funcionamento, citado no item anterior (item 2.5), e precisam retornar novamente em viagem, a (s) empresa (s) contratada (s) deverá (ão) disponibilizar um meio para que seja realizado tais abastecimentos, com horário máximo fixado até as 00:30h (meia noite e meia).

2.7- As faturas que apresentarem incorreções serão devolvidas ao emitente e seu vencimento correrá 10 (dez) dias úteis após a data de sua reapresentação.

CLÁUSULA TERCEIRA (Do preço e condições de pagamento) - O preço estipulado pelas partes para a aquisição do(s) combustível(eis), objeto do presente contrato será de **R\$**(.....). A despesa relativa ao custo do objeto a ser licitado, será coberta com recursos disponíveis na conta (s) corrente (s) da Prefeitura Municipal de Porciúncula.

PARÁGRAFO PRIMEIRO - O pagamento será efetuado mediante a apresentação da Nota Fiscal devidamente fiscalizada e assinada, no verso, pelos Secretários e Responsáveis solicitantes, conjuntamente com 02 servidores, atestando a perfeita execução dos serviços.

PARÁGRAFO SEGUNDO - Se ocorrer à futura e eventual aquisição do objeto do presente o pagamento será efetuado quinzenalmente, no máximo ao 15º (décimo quinto) dia útil, a contar do período de adimplemento da obrigação, e deverá ser requerido junto às Secretarias requisitantes, com o documento de cobrança dos produtos fornecidos no período da obrigação, isento de erros e devidamente acompanhado dos seguintes comprovantes:

a) Certificado de Regularidade para com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS), (Lei n.º 8.036/90, artigo 27);

b) Prova de regularidade relativa à Fazenda Federal através da Certidão de Quitação de Tributos, Contribuições Federais e à Dívida Ativa da União, com base na Portaria conjunta RFB/PGFN nº 1751, de 02 de outubro de 2014, expedida pela Secretaria da Receita Federal do Brasil em conjunto com a Procuradoria- Geral da Fazenda Nacional.

PARÁGRAFO TERCEIRO - Na ocorrência de eventuais antecipações de pagamento, sempre em correspondência à antecipação de execução, o respectivo desconto, seja a requerimento do contratado ou no interesse da Administração, será calculada aplicando-se o índice de 0,033% (trinta e três milésimos por cento) por dia de antecipação. Aplicar-se-á, como desconto, a compensação financeira acima referida, atendendo-se deste modo, o que dispõe a alínea, “d”, do inciso XIV do artigo 40 da Lei Federal n.º 8.666/93.

a) Ocorrendo atraso no pagamento das obrigações e desde que este atraso decorra de culpa da PMP-RJ, o valor devido será acrescido de 0,1% (um décimo por cento) a título de multa, além de 0,033% (trinta e três milésimos por cento) por dia de atraso, a título de compensação financeira, a serem calculados sobre a parcela devida.

b) O pagamento da multa e da compensação financeira a que se refere o subitem anterior será efetivado mediante autorização expressa do Prefeito de Porciúncula (em se tratando da Prefeitura) ou dos gestores dos Fundos Municipais, em processo próprio, que se iniciará com o requerimento da licitante contratada dirigido à Secretaria Municipal de Fazenda da PMP-RJ ou dos respectivos fundos.

PARÁGRAFO QUARTO – Nos preços ora contratados estão incluídas todas as despesas necessárias à prestação dos serviços, tais como: impostos, taxas, salários, encargos sociais, benefícios (auxílio alimentação, vale-transportes, seguro-saúde, etc), além de todo e qualquer meio necessário para a execução do objeto do presente, inclusive quando necessário, instalação, manutenção e gerenciamento, não havendo nenhum vínculo com os valores praticados pela **CONTRATANTE** aos empregados da **CONTRATADA**.

CLÁUSULA QUARTA (Do fornecimento do objeto) –

4.1 – Em razão do presente termo, a empresa vencedora fica obrigada a fornecer o objeto dentro das especificações e qualidades apresentadas nas propostas, no prazo previsto. A não ocorrência deverá ser justificada perante a Administração, podendo esta, aceitar ou não.

4.2 - O aceite/aprovação dos combustíveis pelo **MUNICÍPIO DE PORCIÚNCULA** não exclui a responsabilidade civil do fornecedor por vício de quantidade e/ou qualidade ou disparidades com as especificações estabelecidas no **TERMO DE REFERÊNCIA – ANEXO II** deste edital.

CLÁUSULA QUINTA (Dos direitos e responsabilidades) - A **DETENTORA DA ATA** se responsabilizará pela perfeita execução do objeto na presente ata, inclusive pela sua manutenção e qualidade, correndo por sua conta e risco o transporte do mesmo até a efetiva entrega em seu destino às pessoas autorizadas pela **ADMINISTRAÇÃO**.

PARÁGRAFO PRIMEIRO - A avaliação da qualidade dos combustíveis ora licitados poderá ser aferida pela Secretaria requisitante, sempre que se julgar necessário, através de análise de amostra colhida, correndo a expensas da detentora da ata as despesas decorrentes das análises e testes de qualidade dos mesmos.

CLÁUSULA SEXTA (Das obrigações da Detentora da Ata) - A **DETENTORA DA ATA** se obriga a manter, durante todo período de vigência deste contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, mantendo todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no processo de licitação.

PARÁGRAFO PRIMEIRO: Todas as obrigações, orientações e especificações elencadas no termo de referência do processo administrativo nº 05.548/2022, no Termo de Referência **ANEXO II**, parte integrante do Edital do Pregão Presencial nº ___/2022 – SRP e no presente instrumento devem ser cumpridas na íntegra, sob pena de descumprimento do ora pactuado.

PARÁGRAFO SEGUNDO: Assinar a presente ata de registro de preços e manter, durante toda a vigência da mesma, compatibilidade com as obrigações por ela assumidas e todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no edital.

PARÁGRAFO TERCEIRO: Fornecer os materiais no local de entrega previsto nesta Ata.

PARÁGRAFO QUARTO: Promover por sua conta, através de seguros, a cobertura dos riscos a que se julgar exposta, em vista das responsabilidades que lhe cabem na entrega do(s) objeto(s) desta Ata.

PARÁGRAFO QUINTO: A **DETENTORA DA ATA** será a única integral e exclusiva responsável, em qualquer caso, por todos os danos e prejuízos de qualquer natureza que causar a PMP/RJ ou a terceiros, provenientes da entrega do material, respondendo por si e por seus sucessores, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou acompanhamento da PMP/RJ.

PARÁGRAFO SEXTO: Fornecer o objeto da presente Ata rigorosamente no prazo pactuado, bem como cumprir todas as demais obrigações impostas pelo Edital, seus Anexos, Termo de Referência e processo administrativo nº 05.548/2022.

PARÁGRAFO SÉTIMO: Cientificar, imediatamente, a fiscalização da PMP/RJ de qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verificar na entrega do objeto.

PARÁGRAFO OITAVO: Corrigir, prontamente, quaisquer imperfeições referentes ao fornecimento do objeto, atendendo assim, as reclamações, exigências ou observações feitas pela fiscalização da PMP/RJ, inclusive os combustíveis fornecidos cujo padrão de qualidade não esteja de acordo com os estabelecidos pela ANP.

PARÁGRAFO NONO: Os empregados da **DETENTORA DA ATA** não manterão nenhum vínculo empregatício com a **ADMINISTRAÇÃO**, sendo de sua inteira responsabilidade as obrigações sociais, previdenciárias e Trabalhistas relativas aos seus empregados ou contratados, inclusive no que tange ao Seguro de Acidente de Trabalho, desligamento, horas extras, diárias, quaisquer despesas com alimentação, locomoção, não cabendo à **ADMINISTRAÇÃO** qualquer tipo de responsabilidade nem encargos de qualquer natureza, previstas na legislação específica, cuja inadimplência não transfere responsabilidade à Administração.

PARÁGRAFO DÉCIMO: A **DETENTORA DA ATA** não transferirá a terceiros, por qualquer forma, nem mesmo parcialmente, as obrigações assumidas, nem subcontratar qualquer das prestações a que está obrigada, exceto nas condições autorizadas no Termo de Referência ou na minuta de contrato.

PARÁGRAFO DÉCIMO PRIMEIRO: A **DETENTORA DA ATA** irá lançar na Nota Fiscal as quantidades e valores, de modo idêntico àqueles constantes do objeto do Edital do Pregão e do Termo de Referência.

CLÁUSULA OITAVA: (Das obrigações da Administração) –

8.1- Atestar quando da futura e eventual aquisição nas Notas Fiscais e/ou faturas a efetiva entrega do objeto do presente, conforme ajuste representado pela Nota de Empenho.

8.2 - Aplicar à **DETENTORA DA ATA** penalidade, quando for o caso.

8.3- Prestar à **DETENTORA DA ATA** toda e qualquer informação, por esta solicitada, necessária à perfeita execução do contrato ou instrumento equivalente, proporcionando-a todas as condições para que possa desempenhar seus serviços de acordo com as determinações do Contrato, do Edital e seus Anexos, especialmente do Termo de Referência;

8.4- Efetuar quando da futura e eventual aquisição o pagamento à **DETENTORA DA ATA** no prazo avençado, após a entrega da Nota Fiscal, devidamente atestada, no setor competente, e exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas, de acordo com as cláusulas contratuais e os termos de sua proposta.

8.5- Exercer o acompanhamento e a fiscalização dos serviços, por servidor ou comissão especialmente designada e notificar, por escrito, à **DETENTORA DA ATA** da aplicação de qualquer sanção.

8.6- Zelar para que durante toda a vigência da Ata sejam mantidas, em compatibilidade com as obrigações assumidas pela **DETENTORA DA ATA**, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

8.7 – A existência e a atuação da fiscalização em nada restringirão a responsabilidade única, integral e exclusiva da **DETENTORA DA ATA**, no que concerne ao objeto da Ata, às implicações próximas e remotas perante a PMP/RJ ou perante terceiros, do mesmo modo que a ocorrência de irregularidades decorrentes da execução contratual não implicarão em responsabilidade da PMP/RJ ou de seus prepostos, devendo, ainda, a **DETENTORA DA ATA**, sem prejuízo das penalidades previstas, proceder ao ressarcimento imediato a PMP/RJ dos prejuízos apurados e imputados À falhas em suas atividades.

8.8 - A fiscalização da contratação decorrente do edital caberá ao responsável a ser designado pela **Secretaria Requisitante**, que determinará o que for necessário para regularização de faltas ou defeitos nos termos do art. 67 da Lei Federal nº 8.666/93.

8.9 - Ficarão reservados à fiscalização o direito e a autoridade para resolver todo e qualquer caso singular, omissos ou duvidosos não previstos no processo administrativo nº 05.548/2022 e tudo o mais que se relacione com o objeto licitado, desde que não acarrete ônus para a Prefeitura de Porciúncula ou modificação da contratação.

8.10 - A **DETENTORA DA ATA** deverá aceitar, antecipadamente, todos os métodos de inspeção, verificação e controle a serem adotados pela fiscalização, obrigando-se a fornecer todos os dados, elementos, explicações, esclarecimentos, soluções e comunicações necessárias ao desenvolvimento de sua atividade.

CLÁUSULA NONA (Da vigência da ata de registro de preços) – **A presente, ora aqui registrada, terá vigência pelo prazo de 06 (seis) meses**, a contar da data da assinatura da Ata. Sendo certo que a validade da Ata de Registro de Preços não poderá exceder 12 (doze) meses e não se limitará ao exercício financeiro da Administração, conforme art. 15 da Lei 8.666/93, em seu § 3º, inciso III.

PARÁGRAFO PRIMEIRO: O objeto do presente contrato será fielmente executado como aqui avençado, e se requerido, nos termos do instrumento convocatório e da legislação vigente a partir da homologação do pregão que deu origem ao presente instrumento.

PARÁGRAFO SEGUNDO: É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados pela ata de registro de preços, inclusive o acréscimo de que trata o § 1º do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993.

CLÁUSULA DÉCIMA (Das Penalidades) - O descumprimento da cláusula ou condição desta Ata ou do Edital e seus Anexos sujeitarão a **DETENTORA DA ATA** à multa de até 20% (vinte por cento) do valor total atualizado da Ata, de acordo com a gravidade da infração, sem prejuízo do cancelamento da Ata de Registro de Preços, quando for o caso, e de responder, a **DETENTORA DA ATA**, pelos danos decorrentes da infração, sendo-lhe aplicado o valor máximo da multa quando a infração motivar o cancelamento da Ata de Registro de Preços. Não sendo excluída a possibilidade da aplicação de outras sanções previstas no edital, nesta Ata e na legislação própria, a exemplo, no que couber, o previsto no artigo 86 (oitenta e seis) e seguintes da Lei 8.666/93 e no artigo 7º da Lei 10.520/2002, tais como:

- a) advertência, que será aplicada sempre por escrito;
- b) multas;
- c) Cancelamento da Ata, sujeitando-se a **DETENTORA DA ATA** ao pagamento de indenização a **ADMINISTRAÇÃO** por perdas e danos;
- d) Suspensão temporária do direito de licitar com esta Prefeitura e com outros entes municipais;
- e) Indenização à **CONTRATANTE** da diferença de custo para contratação de outro licitante;
- f) Declaração de inidoneidade para licitar e contratar com a **ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA**, por prazo não superior a 05 (cinco) anos;
- g) A multa será aplicada à razão de 0,1% (um décimo por cento) sobre o valor total do objeto em atraso, por dia de atraso na execução do ora neste instrumento previsto; e
- h) O valor máximo das multas não poderá exceder, cumulativamente, a 20% (vinte por cento) do valor do Contrato.

PARÁGRAFO PRIMEIRO: Além das cominações acima, a **DETENTORA DA ATA**, incorrerá em multa de 5% (cinco por cento) quando o atraso na entrega ensejar a rescisão do ora nestes termos avençado, com base no valor total atualizado da Ata de Registro de Preços.

PARÁGRAFO SEGUNDO: Poderão ser aplicadas, ainda, as demais cominações previstas nos Decretos Municipais nºs 1.776/2017 e 1.780/2017, na Lei 10.520/2002, com aplicação subsidiária da Lei Federal nº 8.666 de 21/06/93, com as modificações introduzidas pelas Leis nºs: 8.248/1991 e alterações, 8.883 de 08/06/94, 9.648 de 27/05/98, 9.854, de 27.10.1999 e 12.349 de 2010, bem como pela Lei Complementar nº 123/06 e 128/08, Decreto Municipal nº 1.719/2017 e demais normas legais e regulamentares aplicáveis e atinentes a matéria, bem como ainda, pelas disposições deste instrumento convocatório.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA (Do cancelamento do registro) Quando a **DETENTORA DA ATA** não aceitar a redução do preço registrado, na hipótese prevista na legislação, face às razões de interesse público, devidamente justificados.

PARÁGRAFO PRIMEIRO: Por iniciativa das próprias **DETENTORAS DA ATA**, quando mediante solicitação por escrito, comprovarem a impossibilidade de cumprimento das exigências inseridas neste Registro de Preços, em função de fato superveniente, aceito pela Administração, que comprovadamente venha a comprometer a execução desta Ata.

PARÁGRAFO SEGUNDO: Recusarem-se a não assinar a ata de registro de preço, quando for o caso, no prazo estabelecido, salvo por motivo devidamente justificado e aceito pela Administração.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA (Da rescisão unilateral) - A **DETENTORA DA ATA** reconhece plenamente os direitos da **ADMINISTRAÇÃO**, quanto ao direito de cancelamento do registro administrativamente, aplicando-se no que couber, as disposições previstas no artigo 79, I da Lei nº 8.666/93, sem prejuízo da aplicação do elencado nos incisos II e III do mesmo dispositivo.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA (Da legislação aplicável) - A esta Ata aplicar-se-ão, também, as disposições das Leis Federais nº 10.520/2002 e nº 8.666/93 como também suas alterações.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA A ADMINISTRAÇÃO providenciará a publicação no prazo de 20 (vinte) dias contados da assinatura desta, e às suas expensas.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA As partes **SIGNATÁRIAS** obrigam-se por si e seus sucessores, a qualquer título a cumprir o ora aqui disposto em todos os pontos que o integram ou o vierem a integrar a presente.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA (Do Foro) - As partes elegem o Foro da Comarca de Porciúncula - RJ, com renúncia expressa de qualquer outro, por mais privilegiado que seja para dirimir quaisquer dúvidas ou questões oriundas da presente Ata.

E, por estarem às partes de pleno acordo com as disposições estabelecidas nesta Ata de Registro de Preços, aceitam cumprir fielmente as normas legais e regulamentares, assinam o presente em 03 (três) vias de igual efeito e teor, na presença das testemunhas abaixo, para que produza os seus devidos e legais efeitos.

Porciúncula - RJ, _____ de _____ de 2022.

CONTRATANTE

CONTRATADA

TESTEMUNHAS:

Nome: _____

Nome: _____

CPF n.º:

CPF n.º:

PREGÃO Nº. 038/2022–SRP – TIPO PRESENCIAL – PROCESSO Nº: 05.548/2022.

ANEXO IV – MODELO DE CREDENCIAMENTO

P R O C U R A C Ã O

A (nome da empresa) _____, CNPJ Nº _____, com sede à _____, neste ato representada pelo (s) (sócio ou diretores, com qualificação completa – nome, RG, CPF, nacionalidade, estado civil, profissão e endereço) pelo presente instrumento de mandato, nomeia e constitui, seu (s) Procurador (es) o Senhor (es) (nome, RG, CPF, nacionalidade, estado civil, profissão e endereço), a quem confere(m) amplos poderes para junto aos órgãos públicos municipais) praticar os atos necessários para representar a outorgante na licitação na modalidade de Pregão Presencial nº ____/2022 - SRP, usando dos recursos legais e acompanhando-os, conferindo-lhes, ainda, poderes especiais para desistir de recursos, interpô-los, apresentar lances verbais, negociar e reduzir preços e demais condições, confessar, transigir, desistir, firmar compromissos ou acordos, receber e dar quitação, podendo ainda, substabelecer esta para outrem, com ou sem reservas de iguais poderes, dando tudo por bom firme e valioso.

Local, data e assinatura.

RECONHECER FIRMA.

PREGÃO Nº. 038/2022–SRP – TIPO PRESENCIAL – PROCESSO Nº: 05.548/2022.

ANEXO V

DECLARAÇÃO DE CUMPRIMENTO DOS REQUISITOS DE HABILITAÇÃO

(nome da empresa) _____ CNPJ nº _____ sediada à Rua _____, declara, sob as penas da Lei, que é conhecedora de todas as exigências legais para participação em Processo de licitação pública, e que em conformidade com o Artigo 4º, Inciso VII da Lei nº 10.520/2002, cumpre plenamente todos os requisitos habilitatórios constantes do edital que rege o Pregão Presencial nº _____/2022 - SRP, ao qual se submete por concordar com os termos neles constantes.

Declara, ademais, que não está impedida de participar de licitações e de contratar com a Administração Pública em razão de penalidades, nem de fatos impeditivos de sua habilitação.

Local e data _____, ____ de _____ de 2022.

(nome completo do representante legal)

(Carteira de Identidade do declarante)

(assinatura do declarante)

Observação:

A declaração em epígrafe deverá ser apresentada em papel timbrado da licitante e estar assinada pelo representante legal da empresa.

PREGÃO Nº. 038/2022–SRP – TIPO PRESENCIAL – PROCESSO Nº: 05.548/2022.

ANEXO VI

DECLARAÇÃO DE INEXISTÊNCIA DE FATO IMPEDITIVO DE HABILITAÇÃO

(nome da empresa) _____ CNPJ nº _____ sediada à
Rua _____, declara, sob as penas da Lei, que até a presente data inexistem
fatos impeditivos para sua habilitação no presente processo licitatório, ciente da obrigatoriedade de
declarar ocorrências posteriores.

Local e data _____, ____ de _____ de 2022.

(nome completo do declarante)

(Carteira de Identidade do declarante)

(assinatura do declarante)

Observação:

A declaração em epígrafe deverá ser apresentada em papel timbrado da licitante e estar assinada pelo representante legal da empresa.

PREGÃO Nº. 038/2022–SRP – TIPO PRESENCIAL – PROCESSO Nº: 05.548/2022.

ANEXO VII

DECLARAÇÃO DE NÃO EMPREGAR MENORES

(nome da empresa) _____ CNPJ nº _____ sediada à Rua _____, por intermédio de seu representante legal, Sr.(a) _____, portador da Carteira de Identidade nº _____ e CPF nº _____, DECLARA, para fins do disposto no Inciso V do Artigo 27, da Lei nº 8.666, de 21/06/93, acrescido pela Lei nº 9.854, de 27/10/99, que não emprega menor de 18(dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16(dezesseis) anos.

RESSALVA: emprega menor, a partir de 14(quatorze) anos, na condição de aprendiz ()

Local e data _____, de _____ de 2022.

(assinatura identificada do responsável pela empresa)

(OBSERVAÇÃO: em caso afirmativo, assinalar a ressalva acima).

A declaração em epígrafe deverá ser apresentada em papel timbrado da licitante e estar assinada pelo representante legal da empresa.

PREGÃO N.º 038/2022–SRP – TIPO PRESENCIAL – PROCESSO N.º: 05.548/2022.

ANEXO VIII

MODELO DE DECLARAÇÃO DE ME OU EPP

Ref.: PREGÃO n.º 038/2022 – SRP - PMP/RJ

_____, com sede na _____, inscrita no CNPJ n.º _____, vem, por intermédio de seu representante legal o (a) Sr (a) _____, portador (a) da Carteira de Identidade n.º _____ e do CPF n.º _____, DECLARA, sob as penas da Lei, que é _____ (MICROEMPRESA ou EMPRESA DE PEQUENO PORTE), que cumpre os requisitos legais para efeito de qualificação como ME-EPP e que não se enquadra em nenhuma das hipóteses elencadas no § 4º do art. 3º da Lei Complementar n.º 123, estando apta a usufruir dos direitos de que tratam os artigos 42 a 45 da mencionada Lei, não havendo fato superveniente impeditivo da participação no presente certame.

.....
(data)

.....
(representante legal)

A declaração em epígrafe deverá ser apresentada em papel timbrado da licitante e estar assinada pelo representante legal da empresa.

PREGÃO N°. 038/2022–SRP – TIPO PRESENCIAL – PROCESSO N°: 05.548/2022.

ANEXO IX

MODELO DE RECIBO DO EDITAL

Processo n°. 05.548/2022

COMPROVANTE DE RECIBO DO EDITAL

PREGÃO PRESENCIAL N° 038/2022-SRP

OBJETO: Futura e eventual **aquisição de combustíveis destinados ao abastecimento dos veículos e equipamentos rodoviários desta municipalidade pelo período de 06 (seis) meses**, conforme as especificações descritas no processo administrativo n°. 05.548/2022 da Secretaria Municipal de Gabinete e no **ANEXO II** (Proposta Detalhe e Termo de Referência), parte integrante do Edital do Pregão n° 038/2022-SRP.

A Empresa _____, retirou este edital de licitação de Pregão Presencial n° 038/2022 - SRP e deseja ser informada de qualquer alteração pelo telefone (.....),e-mail _____/ou endereço _____.

Porciúncula/RJ, _____ de _____ de 2022.

Assinatura e Carimbo (CNPJ) do representante da empresa
+ (nome do representante legal da empresa, por extenso).

RAZÃO SOCIAL:

ENDEREÇO:

CNPJ:

INSC. ESTADUAL: